

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. *O cliente – nem sempre – tem razão!* In: *Metrópoles*. 20/06/2024.
Internet: <www.metropoles.com> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB1A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 1 O autor do texto defende a ideia de que, na perspectiva jurídica, nem sempre o consumidor tem direito de exigir que seus interesses sejam satisfeitos.
- 2 O direito do consumidor é um conjunto de normas que regulamenta, entre outras ações, o comportamento do fornecedor conforme os anseios e desejos dos consumidores.
- 3 Segundo o texto, a expressão corrente ‘o cliente sempre tem razão’, apesar de comercialmente motivada, não condiz com a realidade determinada pelo arcabouço legal.

- 4 De acordo com o texto, ao reclamar seus direitos, os consumidores brasileiros usam um critério pessoal de justiça derivado de sua falta de conhecimento acerca das leis, dos seus direitos e de como eles devem ser observados.
- 5 De acordo com o autor do texto, a lei prevê situações específicas em que o consumidor pode solicitar ao fornecedor a troca de um produto ou a devolução do dinheiro gasto na compra de determinado produto.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 6 Seria mantida a correção gramatical e a coesão do último período do texto, caso a forma verbal “houver” fosse substituída por **houvesse**.
- 7 Nas orações em que ocorrem, as expressões ‘o cliente sempre tem razão’ (primeiro período do primeiro parágrafo) e “direito do consumidor” (primeiro período do quarto parágrafo) desempenham a mesma função sintática.
- 8 Prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do trecho “a marcas e a lojas” (segundo período do primeiro parágrafo) por **à marcas e à lojas**.
- 9 Caso o pronome “se”, em “baseando-se em critério pessoal do que seria justo” (terceiro parágrafo) fosse deslocado para imediatamente antes da forma verbal “baseando” — escrevendo-se **se baseando** —, seria mantida a correção gramatical da frase e lhe seria conferido maior grau de formalidade.
- 10 No terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “que”, presente na oração “que alega”, é utilizado como elemento de coesão referencial e tem como referente o termo “o consumidor”.
- 11 As formas verbais “acabou”, “queria” e “preferia” (primeiro período do quinto parágrafo) são núcleos de orações cujos sujeitos são elípticos e referem-se ao termo “uma pessoa”.
- 12 No início do quinto parágrafo, a vírgula empregada após o verbo “ilustrar” é facultativa e sua supressão preservaria a correção gramatical do texto.

Texto CB1A1-II

A palavra ficção nos remete a histórias inventadas (total ou parcialmente). Pode ser uma fantasia, que envolva monstros, heróis ou fantasmas, pode ser uma ficção científica, que envolva tecnologias que vão muito além daquelas que existem hoje, e também pode ser um romance comum, totalmente realista, mas com enredo, personagens ou ambientes inventados.

Dessa forma, uma matéria jornalística jamais poderia ser considerada ficcional, já que um dos pilares do jornalismo é a busca pela verdade e a publicização das informações com precisão e veracidade. Um jornal que noticiasse ficções estaria ferindo um de seus princípios mais fundamentais.

Apesar de essa definição de ficção ser bem popular, os críticos e teóricos de cinema franceses Jacques Aumont e Michel Marie afirmam que a ficção é uma forma de discurso que faz referência a personagens ou a ações que só existem na imaginação daquele que a escreve ou lê. Segundo eles, a ficção não é uma mentira, mas um simulacro da realidade, uma das possíveis maneiras de se representar o real.

Assim, podemos dizer que todo relato é uma tentativa de representar a realidade por meio de palavras. Um relato de um acontecimento não é o próprio acontecimento em si. Os fatos ficam no passado, depois que acontecem. Qualquer tentativa de retomá-los no presente, por meio de uma história, será uma representação, será uma construção da mente de uma pessoa. Logo, será uma ficção.

Lucia Mascarenhas de Miranda. **A fronteira entre fato e ficção.**
In: **Ciência Hoje**, outubro de 2024.
Internet: <cienciahoje.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias apresentadas no texto CB1A1-II.

- 13 Os críticos e teóricos de cinema Jacques Aumont e Michel Marie caracterizam a ficção como um simulacro da realidade, em uma oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos segundo a qual a ficção é uma mentira.
- 14 No último parágrafo do texto, o autor conclui que, sendo a ficção uma representação da realidade, o relato de uma situação passada caracteriza-se como ficção.
- 15 A ficção é um tipo de discurso por meio do qual se apreende o real, atualizando-o por meio de palavras.
- 16 Os textos caracterizados como obras de ficção são bem delimitados e apresentam alcance reduzido.
- 17 De acordo com o texto, dada a natureza do jornalismo, matérias jornalísticas de natureza ficcional são inconcebíveis considerando-se a definição popular de ficção.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 18 A forma pronominal “a” empregada no trecho “que a escreve ou lê” (primeiro período do terceiro parágrafo) se refere ao termo “a ficção”, no mesmo período.
- 19 No primeiro parágrafo, as três ocorrências da forma verbal “pode” expressam sentido de possibilidade.
- 20 Na organização das ideias do primeiro parágrafo do texto, o conteúdo do segmento “mas com enredo, personagens ou ambientes inventados” se opõe à informação anterior segundo a qual a ficção pode ser representada por uma fantasia, uma ficção científica, ou um romance comum.
- 21 No primeiro período do terceiro parágrafo, a substituição do vocábulo “franceses” por **francês** preservaria a correção gramatical do texto, embora alterasse o seu sentido e as relações sintáticas do período.
- 22 A locução “já que” (primeiro período do segundo parágrafo) introduz, na oração em que se insere, valor de causa, podendo ser corretamente substituída por **uma vez que**.

- 23 Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o primeiro período do quarto parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Pode-se afirmar que, dessa forma, todo o relato trata-se de uma tentativa de representar a realidade por meio do uso de palavras.**

- 24 Dada sua função na oração, o termo “da mente” (quarto período do quarto parágrafo) pode ser substituído pelo adjetivo **mental**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do trecho.

Texto CB1A1-III

Aprendemos desde cedo que a linguagem verbal serve para comunicar e frequentemente dizemos que o importante é a comunicação. Quando se fala em comunicação, muitas vezes, pensamos que se está falando na transmissão de informações. Comunicar não se limita, entretanto, a transmitir informações. Realmente, há momentos em que desejamos apenas fornecer uma informação, mas, muito frequentemente, temos outros objetivos, como: dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...

O ser humano vive em sociedade, isto é, fazemos parte de grupos sociais e agimos em conjunto com nossos semelhantes; interagimos. Na verdade, é para interagir que nos comunicamos, falamos e escrevemos. Por isso, não podemos nos esquecer de que a comunicação, ou a interação, envolve mais do que simplesmente informação; envolve, sobretudo, alguma forma de ação sobre o outro.

Ana Lúcia Tinoco Cabral. **A força das palavras.**
São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 10-11 (com adaptações).

Considerando os aspectos textuais e linguísticos do texto CB1A1-III, bem como as ideias nele veiculadas, julgue os itens seguintes.

- 25 Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” (último período) fosse reescrito como **esquecer**.
- 26 No texto, rejeita-se a ideia comum de que o ato de comunicar, interagir, corresponde unicamente à transmissão pura e simples de informações.
- 27 Para atingir o seu propósito comunicativo, a autora constrói seu texto combinando as tipologias expositiva e narrativa.
- 28 No segundo período do primeiro parágrafo, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pela ação de falar.
- 29 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes no segundo período do segundo parágrafo, poderiam ser suprimidas.
- 30 No trecho “dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...” (quarto período do primeiro parágrafo), as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.

No que concerne ao processo licitatório, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

- 31 Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- 32 Não se admite aposição de sigilo em relação aos atos praticados em processo licitatório, podendo haver apenas o diferimento da publicidade quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- 33 A referida lei faculta à administração pública exigir, no edital de licitação, conforme disposto em regulamento, que um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por oriundos ou egressos do sistema prisional.
- 34 Nas licitações, o princípio da vinculação ao edital aplica-se à administração pública e aos licitantes.
- 35 A licitação será dispensável para a aquisição de materiais ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, já que é inviável a competição.

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue os próximos itens, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 36 O abuso de poder pode decorrer tanto de condutas comissivas quanto de condutas omissivas da administração e, em ambos os casos, a ilicitude atinge o ato administrativo.
- 37 O auxílio-natalidade somente será pago à servidora por motivo de nascimento de filho, não podendo o cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora, auferir tal benefício.
- 38 É constitucional que a administração pública delegue poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público para fins de aplicação de multas de trânsito.
- 39 A investidura em uma função pública de livre nomeação e exoneração prescinde de prévia aprovação em concurso público.
- 40 Em qualquer caso, a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que da greve decorre, permitida a compensação em caso de acordo.
- 41 No exercício do poder regulamentar, pode o chefe do Poder Executivo tanto baixar um decreto para fiel execução da lei, quanto dispor, também por meio de decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, mesmo que isso implique aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos públicos.

No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 42 As presunções de veracidade e legitimidade do ato administrativo são absolutas, não se admitindo prova em contrário.
- 43 Resolução é uma espécie de ato administrativo por meio do qual os órgãos consultivos da administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
- 44 Segundo o STF, o ato que concede aposentadoria a servidor público é um ato administrativo complexo, pois depende da atuação do ente a que o agente é subordinado e da aprovação do Tribunal de Contas.
- 45 A competência para praticar um ato administrativo somente pode ser objeto de delegação ou avocação caso não seja uma competência exclusiva conferida a determinado órgão ou agente pela lei.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 46 A força maior é considerada causa excludente da responsabilidade civil estatal.
- 47 A responsabilidade civil por danos nucleares, tenham eles sido causados por ato comissivo ou omissivo, independe da existência de culpa.
- 48 Nos casos em que o réu tenha sido condenado criminalmente por erro judiciário, o trânsito em julgado da sentença condenatória impede que o Estado seja responsabilizado civilmente pelo referido ato judicial.
- 49 O direito de regresso do Estado contra o agente causador do dano depende da demonstração da conduta, do prejuízo causado ao terceiro e do nexo de causalidade entre o referido prejuízo e a conduta, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa.
- 50 Para a caracterização da responsabilidade por omissão estatal, é necessária a violação de um dever jurídico específico de agir do Estado.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que concerne aos itens patrimoniais que integram o ativo circulante e o não circulante, julgue os itens que se seguem.

- 51** No caso de a venda de determinada mercadoria se dar de forma lenta, permanecendo essa mercadoria na empresa por um longo período, seu volume excedente poderá ser reclassificado para o ativo realizável a longo prazo.
- 52** Considere que uma venda de R\$ 100 mil tenha sido realizada, a prazo, para ser recebida integralmente após o final do próximo exercício social; considere, ainda, que, caso a venda tivesse sido realizada à vista, o seu valor teria sido de R\$ 92 mil. Nessa situação, a diferença entre o valor à vista e o valor a prazo deve ser reconhecida como receita financeira do vendedor, no momento em que a venda for concretizada.
- 53** As duas formas mais usuais de controle da conta caixa são o fundo fixo e o caixa fluante.
- 54** A emissão da nota fiscal de venda de uma mercadoria marca o exato momento em que um valor a receber deve ser registrado na conta adequada que expressa essa venda.

No que se refere ao ativo imobilizado e ao ativo intangível, julgue os próximos itens.

- 55** Considere que uma aquisição societária tenha sido registrada pelo montante de R\$ 30 milhões, e que o valor justo da sociedade adquirida tenha sido estimado em R\$ 26 milhões. Nessas condições, deverá ser identificado o período de recuperabilidade do excesso de valor desembolsado na aquisição, devendo tal excesso ser amortizado dentro do referido período.
- 56** Suponha que certa entidade tenha adquirido, por R\$ 1.000.000, um equipamento produtivo cuja capacidade produtiva — critério para sua depreciação — tenha sido estimada em 100 milhões de unidades de determinado produto. Suponha, ainda, que a entidade trabalhe com uma estimativa de valor residual de 10% sobre o valor de aquisição e que, ao longo do primeiro período de operação, o equipamento tenha produzido 18 milhões de unidades. Nessas condições, ao final do referido período, o valor contábil líquido do equipamento deve ser de R\$ 738 mil.
- 57** A classificação em bens em operação e imobilizado em andamento, apesar de não prevista na legislação societária, é usualmente utilizada para segregar os itens que compõem o ativo imobilizado.
- 58** Considere que uma indústria tenha adquirido um lote significativo de determinado componente para seu principal produto e que, decorridos alguns meses, um novo componente, com tecnologia mais avançada, tenha chegado ao mercado, tornando mais difícil a venda de produtos fabricados com o componente anterior. Considere, ainda, que, em função disso, a indústria tenha estimado a necessidade de aplicar um desconto para facilitar a venda do produto final com o componente anterior. Nessa situação, o critério do custo ou do valor de mercado, dos dois o menor, deverá ser aplicado, podendo implicar o reconhecimento de uma perda de valor do estoque de produto final.

A respeito da composição e do tratamento contábil das exigibilidades empresariais, julgue os itens a seguir.

- 59** Suponha que, como resultado de um compromisso assumido, uma entidade deva desembolsar determinado valor em favor de um terceiro. Suponha, porém, que, por mais que já tenha se esforçado, inclusive com o uso de ferramentas estatísticas, a entidade não tenha conseguido mensurar confiavelmente o valor dessa obrigação. Nessa situação, alguma expectativa aproximada de valor deverá ser adotada para o registro contábil da provisão que expresse a obrigação, devendo ser ajustada quando for obtida maior certeza quanto ao montante.
- 60** A conta fornecedores, no passivo circulante, é a conta adequada para o registro de obrigações relativas à aquisição de matérias-primas e outros materiais associados à produção (em indústrias) ou às mercadorias (em empresas comerciais), não devendo ser utilizada para as obrigações relativas aos imobilizados produtivos, tampouco para itens similares.
- 61** Considere que uma entidade esteja sofrendo uma ação trabalhista com alta probabilidade de perda, mas com bastante variabilidade no provável valor da condenação, e que a tabela a seguir, cujos valores estão dados em milhares de reais, expresse a incerteza desse passivo. Nessas condições, deverá ser constituída uma provisão, no valor de R\$ 212 mil.

cenário	desembolso	probabilidade
A	R\$ 180	40%
B	R\$ 300	35%
C	R\$ 140	25%

- 62** Considere que, no dia 2 de janeiro de determinado ano, um empréstimo de R\$ 2 milhões tenha sido contraído com taxa de juros de 1,5% ao mês, carência de 6 meses — na qual serão cobrados apenas os juros — e amortização em 48 meses. Nessas condições, as últimas 24 parcelas do empréstimo deverão, no ato da contratação, ser registradas no passivo exigível a longo prazo.

Com relação aos componentes do patrimônio líquido, julgue os itens subsequentes.

- 63** Reservas de contingência são valores não reconhecidos como passivos da entidade em função da elevada incerteza quanto a seu valor ou sua obrigatoriedade.
- 64** As compras de ações de emissão da própria companhia, ainda que realizadas em bolsa de valores por valor superior ao cotado nesse mercado, são registradas na adequada conta de ações em tesouraria, pelo valor efetivamente pago, contra a conta de disponibilidades utilizada na transação.
- 65** Uma reserva de capital pode surgir na operação de venda com ágio de ações emitidas pela sociedade.
- 66** Suponha que um lote de títulos públicos federais prefixados tenha sido adquirido por R\$ 880 cada título, tendo apresentado um rendimento unitário de R\$ 10, decorrido o primeiro mês. Suponha, também, que o valor de mercado desses títulos, decorrido o prazo referido, fosse de R\$ 905 e que a empresa tenha optado pela classificação desses títulos na carteira de valor justo em outros resultados abrangentes. Nesse contexto, um crédito deverá ser realizado em conta adequada do patrimônio líquido, no valor de R\$ 15 para cada título desse lote.

No que diz respeito à elaboração de demonstrações contábeis, julgue os itens subsecutivos, conforme a legislação societária, os princípios fundamentais da contabilidade e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 67** Conceitos macroeconômicos constituem a base para a elaboração da demonstração do valor adicionado, ainda que o momento de apuração do valor adicionado realizado pela ciência econômica divirja do momento empregado pela ciência contábil.
- 68** Quando, na data do balanço, o ente contábil é incapaz de diferir a liquidação de uma obrigação por, no mínimo, doze meses após a referida data, o valor em questão deve ser registrado no passivo circulante.
- 69** Impactam negativamente o fluxo de caixa das atividades operacionais os pagamentos efetuados relativos a contratos disponíveis para venda futura.
- 70** A metodologia empregada para a construção da demonstração do resultado do exercício é, em todos os aspectos, idêntica à empregada para a elaboração do balanço patrimonial.

Acerca de aspectos conceituais relativos aos ativos e passivos do setor público, julgue os itens seguintes.

- 71** Para ser caracterizada como um passivo de uma entidade do setor público, a extinção de uma obrigação deve envolver uma saída de recursos dessa entidade.
- 72** Para que um recurso seja definido como um ativo de uma entidade do setor público, esse recurso não precisa, necessariamente, ser controlado por essa entidade.

Com relação ao reconhecimento das variações patrimoniais qualitativas e quantitativas nas entidades do setor público, julgue os itens a seguir.

- 73** Tem-se uma variação patrimonial qualitativa quando há a baixa de um direito a receber como troca pelo efetivo ingresso do recurso de uma receita pública registrada no momento do fato gerador.
- 74** Quando ocorrer o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitantemente com a prestação do serviço, o registro contábil do fato gerador e o da receita orçamentária ocorrerão simultaneamente.
- 75** A variação patrimonial diminutiva do 13.º salário a ser pago no final do ano deve ser reconhecida no mês do pagamento.

No que diz respeito à mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 76** Se existirem fatores econômicos, políticos, sociais e legais influenciando a vida útil de um ativo intangível, a vida útil a ser considerada deverá ser o maior dos períodos determinados por esses fatores.
- 77** O cálculo do valor residual de um ativo imobilizado deve ser determinado antes da sua depreciação.

Em relação ao registro de provisões e passivos contingentes no setor público, julgue os próximos itens.

- 78** Um passivo contingente será registrado quando o valor da obrigação correspondente puder ser confiavelmente estimado.
- 79** Toda provisão é uma obrigação presente derivada de um evento passado.

Acerca de transações no setor público e de seus respectivos registros, julgue os itens subseqüentes.

- 80** Sob a perspectiva da natureza de informação orçamentária, o registro da arrecadação da receita orçamentária deve envolver apenas as contas da classe 6 – controles da execução do planejamento e orçamento.
- 81** Sob a perspectiva da natureza de informação patrimonial, o registro do recebimento de um bem em doação deve envolver a classe 1 – ativo (débito) e a classe 8 – controles credores (crédito).

Considere que somente as seguintes informações tenham sido registradas contabilmente no primeiro exercício financeiro, já encerrado, de determinada entidade pública:

- I aprovação da lei orçamentária anual no valor de 100 mil reais;
 II lançamento de impostos no valor de 100 mil reais, com arrecadação de metade do valor;
 III empenho e liquidação de folha de pessoal no valor de 60 mil reais, metade pago e metade inscrito em restos a pagar;
 IV recebimento de equipamentos de informática em doação no valor de 40 mil reais;
 V recebimento de caução no valor de 10 mil reais.

Tendo como base as informações apresentadas na situação hipotética precedente, julgue os itens subsecutivos, relacionados a fechamento das demonstrações contábeis no setor público.

- 82** Na demonstração das variações patrimoniais, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em 50 mil reais.
- 83** No balanço financeiro, o resultado financeiro do exercício foi superavitário em 30 mil reais.
- 84** No balanço orçamentário, o resultado orçamentário apurado no exercício foi superavitário em 40 mil reais.

A respeito de auditoria governamental e de instrumentos de fiscalização, julgue os itens subsecutivos.

- 85** A auditoria interna pode ser demandada a examinar a economicidade, a eficiência e a eficácia das atividades operacionais de unidades administrativas, inclusive das atividades não financeiras.
- 86** Distintamente da auditoria operacional, as conclusões da auditoria de demonstrações financeiras assume a forma de opinião concisa de formato padronizado.
- 87** O acompanhamento, enquanto instrumento de fiscalização, é utilizado para avaliar, ao longo de um período indeterminado, o desempenho das unidades administrativas auditadas, bem como dos programas, projetos e planos de ação, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Em relação ao planejamento de auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 88** Os testes de observância visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelo sistema contábil e administrativo da organização auditada.
- 89** O plano de auditoria embasado em risco possui enfoque *bottom-up*, e permite que os trabalhos sejam executados de forma eficiente, porque engloba setores de alto risco para a organização.
- 90** Constituem exemplos de fontes de riscos e vulnerabilidades organizacionais os sistemas informacionais obsoletos, sem controle de acesso e desprovidos de integração com outros sistemas, e os processos organizacionais mal concebidos.

Acerca da execução de auditoria governamental, julgue os itens que se seguem.

- 91** As fragilidades das evidências podem surgir de informações obtidas de amostras não representativas, baseadas em apenas uma fonte ou em testemunhas não corroboradas por documento.
- 92** A inspeção de registros em busca de evidência de autorização para determinado pagamento é exemplo de exame documental.
- 93** Nos procedimentos de revisão analítica, as ações do auditor abarcam exclusivamente o objetivo dos procedimentos, o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis, a natureza do órgão e o conhecimento advindo de auditorias anteriores.

A respeito do orçamento público, julgue os itens seguintes.

- 94** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não pode ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- 95** Embora o orçamento da seguridade social não esteja previsto na lei orçamentária anual, esta deve contemplar o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- 96** O orçamento fiscal referente aos poderes da União deve ser compatibilizado com a lei de diretrizes orçamentárias e apresentar, entre as suas funções, a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério demográfico.
- 97** A lei de diretrizes orçamentárias deve abarcar as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecer as diretrizes de política fiscal e definir a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

No que concerne ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 98** No Brasil, o ciclo orçamentário segue princípios e regras definidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por outras normas específicas, e é dividido nas seguintes fases principais: planejamento, elaboração, aprovação, execução e controle/avaliação.
- 99** O princípio da publicidade estabelece que o orçamento deve abranger todas as receitas e despesas da administração pública, sem exceções.
- 100** É predominante no setor público brasileiro a técnica do orçamento base zero, segundo a qual todas as despesas devem ser justificadas do zero, sem considerar o histórico de gastos anteriores (diferentemente do orçamento-programa).

Em relação a receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- 101** O empenho ordinário é utilizado para despesas cujo valor exato a ser pago se conhece e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- 102** Os estágios da despesa pública são: fixação, empenho, execução, liquidação e pagamento.
- 103** No Brasil, as arrecadações do imposto de renda e da contribuição para o financiamento da seguridade social são exemplos de fontes de receitas correntes do governo federal.
- 104** A dívida fundada é composta por compromissos financeiros de curto prazo, como títulos de crédito, enquanto a dívida flutuante abrange empréstimos de longo prazo contratados pelo governo.

Acerca do orçamento público no Brasil, da sua programação e da sua execução financeira, julgue os itens subsequentes.

- 105** O orçamento da seguridade social, em consonância com o plano plurianual, terá, entre outras funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, visando à alocação eficiente de recursos para a previdência social, saúde e assistência social.
- 106** A descentralização orçamentária refere-se à distribuição dos créditos orçamentários entre diferentes unidades gestoras nos diferentes níveis de governo, com a celebração de convênios e termos de compromisso com entes subnacionais.
- 107** Deve acompanhar a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, um anexo de que conste a previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos destinados a investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.
- 108** Os créditos orçamentários adicionais são autorizações de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento original, permitindo ajustes necessários para atender a novas demandas ou necessidades imprevistas durante a execução do orçamento.

Com base na Lei Complementar federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), julgue os próximos itens.

- 109** Os entes públicos podem receber transferências voluntárias mensais de recursos, independentemente de estarem cumprindo os limites mínimos constitucionais com saúde e educação, mas devem, ao final de cada quadrimestre, apresentar relatórios demonstrando a regularidade fiscal dos limites das despesas com pessoal.
- 110** O principal objetivo da LRF é garantir a sustentabilidade fiscal dos entes públicos, promovendo o equilíbrio das contas públicas, a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos.

À luz das disposições da Lei n.º 13.165/2015, julgue os itens seguintes.

- 111** Candidatos não podem fazer propaganda eleitoral na forma de placas e inscrições a tinta em paradas de ônibus, mesmo que essas propagandas sejam removíveis.
- 112** A declaração pública feita por pré-candidato às eleições que transmita sua intenção de candidatar-se e que contenha o seu posicionamento pessoal acerca de determinado tema político não necessariamente configura propaganda eleitoral antecipada, desde que essa declaração não contenha pedido explícito de votos.
- 113** Antes do início oficial da campanha eleitoral, é vedada aos pré-candidatos a divulgação, em rede social, de ações que pretendam desenvolver no caso de vitória nas eleições.
- 114** Os detentores de cargos resultantes de eleição pelo critério proporcional não podem se desfiliar de seu partido político sem justa causa, mas podem proceder à desfiliação na chamada janela partidária e no caso de grave discriminação política pessoal, por exemplo.
- 115** Nos tribunais eleitorais, as intimações a advogados de candidatos ou de partidos e coligações, em processos que não versem sobre a cassação do registro ou do diploma, serão feitas por meio da publicação de edital eletrônico na página do respectivo tribunal eleitoral na Internet, e a contagem dos prazos iniciará no dia seguinte à intimação.

No que diz respeito às prestações de contas partidárias e à prestação de contas das campanhas eleitorais, julgue os itens a seguir.

- 116** Estão dispensados de prestar contas de campanha à justiça eleitoral os candidatos que declararem, sob as penas da lei, haver efetuado gastos totais não superiores a R\$ 20.000,00.
- 117** Caso determinado candidato receba doação de fonte vedada pela legislação ou não identificada, a justiça eleitoral deve cassar o seu registro de candidatura.
- 118** Na sistemática da prestação de contas dos partidos políticos, a justiça eleitoral deve intimá-los, caso detecte inconsistências na prestação, a apresentar esclarecimentos e documentos complementares no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.
- 119** O dever dos partidos políticos de prestar contas à justiça eleitoral cumpre-se de forma plena mediante a divulgação, na Internet, dos valores recebidos em dinheiro, iniciando-se o prazo de publicação após o final de cada campanha eleitoral.
- 120** No caso de candidato que faça uso comum de materiais de propaganda eleitoral de partido político, o valor correspondente deve ser indicado, na prestação de contas da campanha, como gasto estimável em dinheiro.

Espaço livre